

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17165 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

PROFESSORES TEMPORÁRIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA:
APONTAMENTOS A PARTIR DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Mayara Rabe Camargo - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana
Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA
GROSSA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

PROFESSORES TEMPORÁRIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA: APONTAMENTOS A PARTIR DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Resumo: Este trabalho tem por objetivo identificar as abordagens sobre o fenômeno professor temporário na Educação Básica pública brasileira nas pesquisas produzidas pelos programas de pós-graduação do Brasil. Para isto, fundamenta-se no materialismo histórico dialético, o qual possibilita entender que o professor temporário não pode ser analisado sem considerar os condicionantes históricos, econômicos e sociais que permitem sua incidência. Posto isto, além de conceder um breve panorama desta condição de trabalho, este estudo, a fim de cumprir seu objetivo, centra-se em um estado do conhecimento a respeito da temática. Os resultados dessa pesquisa indicam que a temporariedade da docência está sendo utilizada como artimanha governamental para enxugar gastos com o funcionalismo público, uma vez que o contrato temporário impede os docentes de constituir carreira no magistério e, assim, de angariar melhores condições de trabalho, como o salário, por exemplo. Em decorrência desta situação, constatou-se, além do exacerbado percentual de contratação nos estados brasileiros, professores que há décadas atuam somente por este vínculo, mostrando-se descontentes com ele.

Este resumo expandido é parte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, em Programa de Pós-Graduação em Educação, que tem como objeto de estudo as condições de trabalho de professores temporários da Educação Básica pública brasileira. Neste momento, apresenta-se um panorama da condição de trabalho temporário e breves considerações acerca do estado do conhecimento sobre a temática.

À luz do materialismo histórico dialético, compreende-se que o fenômeno “professor temporário” não pode ser analisado sem considerar os condicionantes históricos, econômicos e sociais que permitem sua incidência. Desta forma, é fundamental considerar como as transformações na organização da sociedade capitalista caminharam para a temporariedade do trabalho docente.

Parte-se da premissa que todos os trabalhadores, em condição de assalariamento,

incluindo os professores, estão submetidos à exploração da mão-de-obra e à degradação do trabalho. Ao se tratar do assalariamento, o que envolve uma longa discussão que não compete nos limites deste resumo, acrescenta-se que ele trouxe a dependência do empregado ao empregador e às suas imposições (ANTUNES, 2015).

Firmando-se na década de 1990 no Brasil para explicar a afirmativa lançada, salienta-se que a categoria docente esteve entre o grupo de trabalhadores afetados pelas políticas de afrouxamento dos vínculos trabalhistas. Isto porque, formam uma parcela significativa do funcionalismo público, representando um contingente orçamentário considerável. Desta maneira, ao estarem submetidos à contratação por tempo determinado, estariam isentos da carreira, assim, não haveria progressão e ou promoção, permanecendo o salário estático, o que resultaria em uma menor despesa aos cofres públicos e piores condições de trabalho ao professor.

Diante do exposto, as contratações por tempo determinado deixaram de ser periféricas e passaram a se institucionalizar. Tanto é que Limeira (2021), ao pesquisar os professores temporários de Brasília, identificou profissionais com 21 a 30 anos de exercício no magistério somente por contrato temporário. O mesmo foi encontrado por Ferreira (2013), no Paraná, e por Souza (2018), em Santa Catarina.

Posto isto, este estudo tem como objetivo identificar as abordagens sobre o fenômeno professor temporário na Educação Básica pública brasileira nas pesquisas produzidas pelos programas de pós-graduação do Brasil.

Para cumprir o objetivo delimitado foi realizado um estado do conhecimento sobre a temática nos repositórios do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos meses de março a junho de 2024. Vale destacar que não houve a escolha por um programa de pós-graduação específico, tendo, com isto, a intenção de alcançar mais materiais. Sobre os descritores de busca, além de professor temporário, escolheu-se por contratação de professores temporários, a fim de que fossem compiladas mais produções.

A escolha pela designação “professor temporário” também deve ser explicada, já que se entende que, a depender do estado, é possível identificar outras terminologias para designar este professor. Trazendo alguns exemplos, há o professor PST (Prestação de Serviço Temporário) na Bahia, professor monitor em Alagoas, professor ACT (Admitidos em Caráter Temporário) em Santa Catarina e professor PSS no Paraná (Processo Seletivo Simplificado). Contudo, a escolha das autoras possibilita uma abrangência maior de materiais, pois não se limita às especificidades regionais e locais.

Como recorte temporal, foram demarcados os trabalhos realizados a partir do ano de 1990, período do crescimento do afrouxamento das relações de trabalho em âmbito nacional. Além disso, adotou-se como delimitação as pesquisas que tratam do professor temporário na

Educação Básica, independentemente da licenciatura de formação.

Ao todo, foram levantados 72 materiais na CAPES e na BDTD. Entretanto, considerando as duplicatas, houve a necessidade de exclusão de 21 materiais. Após a leitura dos 51 resumos, percebeu-se que 25 não se enquadravam nos critérios estabelecidos *a priori*. Esse processo de afinamento resultou na eleição de 26 materiais, sendo 21 dissertações e 5 teses que passaram por um exame minucioso.

Sobre os resultados, considerando o limite de caracteres para esta explanação, não será possível desenvolver uma discussão aprofundada. Desta forma, o que se pretende realizar é uma apresentação precisa do tipo de pesquisa desenvolvida, entrelaçando com as principais constatações a respeito da contratação temporária.

A começar, identificou-se que os trabalhos compilados utilizaram como base a pesquisa documental, serviram-se, principalmente, da análise da própria Constituição Federal (1988), art. 37, inciso IX, que trata da contratação temporária como prática de excepcional interesse público. Para mais, abordaram, também, o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014), que instituiu, por meio da meta 18.1, a urgência de que 90% dos professores brasileiros fossem admitidos por concurso público.

No mais, houve, por parte dos pesquisadores, a busca pelo percentual de professores temporários, principalmente no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Gomes (2017) constatou a inferência de professores temporários em todas as redes estaduais de ensino do Brasil e, em nove delas, o percentual de contratados passou de 50%.

Identificou-se, também, a preferência dos pesquisadores pelo questionário e entrevista semiestruturada, pois foram técnicas vistas como estratégia de aproximação ao fenômeno de estudo. Com isto, vislumbraram o descontentamento docente frente às condições de trabalho, principalmente sobre a impossibilidade de se fixar em uma instituição de ensino e, desta forma, de se sentir parte de um grupo. Sem poder de escolha, verificou-se que os professores temporários se concentravam em regiões mais periféricas.

Em linhas finais, entende-se que, a partir de Netto (2011), toda conclusão pode estar sujeita a comprovação, retificação e até mesmo abandono, sendo, desta forma, provisória. Até aqui, o que se obteve sobre o objeto de estudo “professor temporário” tem desvelado que a opção por essa forma contratual é resultado de artimanhas que remontam, principalmente, à década de 1990 no Brasil. Neste caso, embora a última Constituição Federal vigente (1988) trate, em seu art. 37, sobre a contratação temporária como uso de excepcional interesse público, ao se chegar no art. 211 da mesma, tem-se anunciado o regime de colaboração com os entes federados, dando a estes a autonomia para gerir seus sistemas de ensino como considerar mais pertinente. Condição esta que comprova o denunciado pelos pesquisadores que compuseram o estado do conhecimento, a saber, estados com elevados números de professores atuando na temporariedade, professores há décadas sem carreira, por

consequência, descontentamento profissional, além de outros problemas que essa pesquisa procurará identificar, no seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Professor temporário. Condições de trabalho. Materialismo histórico dialético.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª edição – São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014.

FERREIRA, D. C. K. **Os professores temporários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná:** a flexibilização das contratações e os impactos sobre as condições de trabalho docente. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GOMES, T. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil:** Implicações para a categoria docente. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LIMEIRA, J. C. **A constituição e o desenvolvimento da profissionalidade de docentes em contratação temporária no Distrito Federal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, A. G. **Professor Temporário:** situações da docência em Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2011/2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.